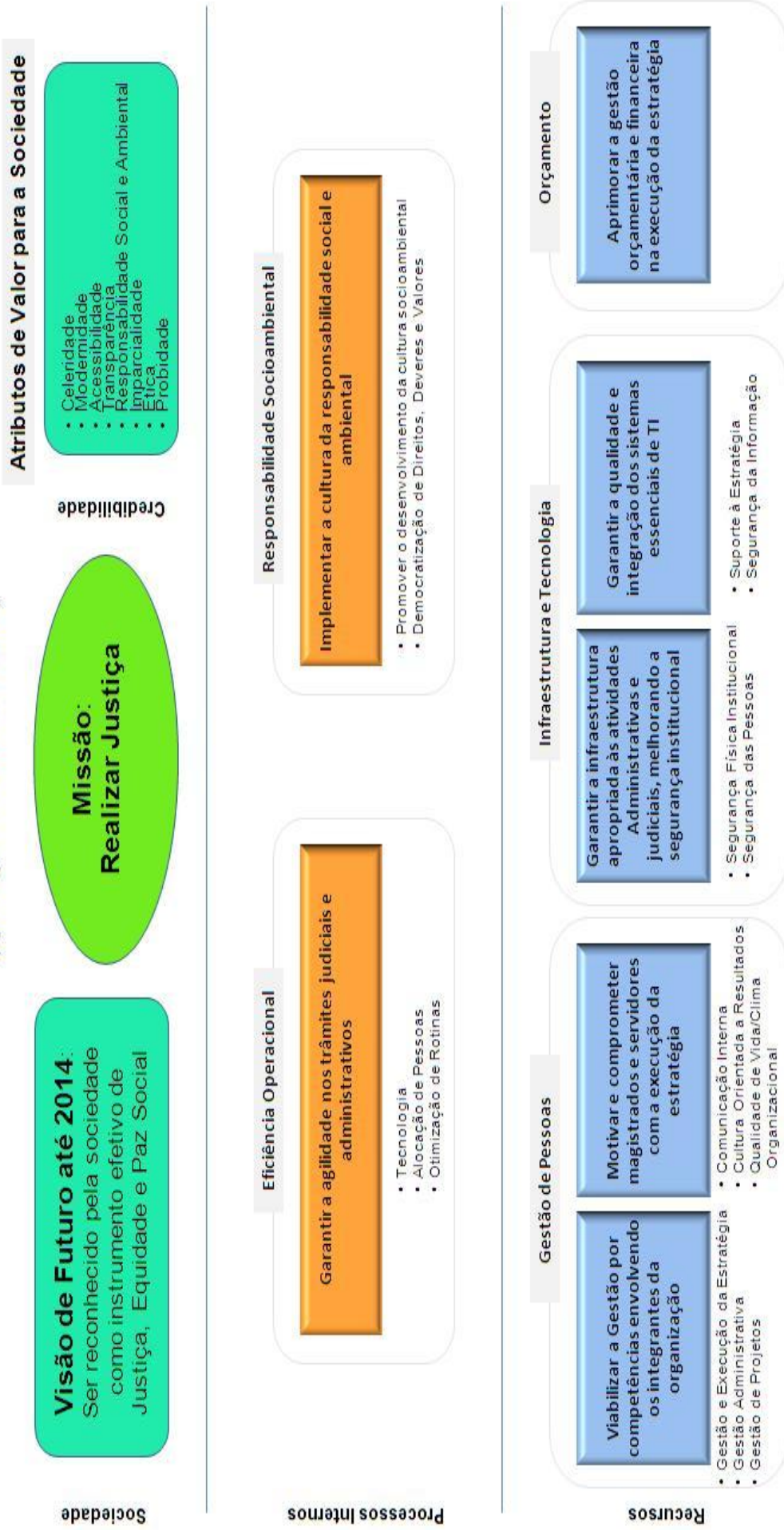


**ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 25/2011 -
TJAM**

A Estratégia do Tribunal de Justiça do Amazonas

Mapa Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (quinquênio 2010 a 2014)



Missão:

Realizar Justiça

Visão:

Ser reconhecido pela Sociedade como instrumento efetivo de Justiça, Equidade e Paz Social

Atributos de Valor para a Sociedade:

- Credibilidade
- Celeridade
- Modernidade
- Acessibilidade
- Transparência
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Imparcialidade
- Ética
- Probidade

Tema:

Objetivo Estratégico:

Descrição do Objetivo:

Ter credibilidade e ser reconhecido como um poder célere, acessível, responsável, imparcial, efetivo e justo, que busca o ideal democrático e promove a paz social, garantindo o exercício pleno dos direitos de cidadania.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador: Índice de confiança no Poder Judiciário (CNJ01)

Indicador: Índice de satisfação do cliente (CNJ02)

Projetos Catalogados:

Projeto: Confiança no Poder Judiciário (CNJ01)

Projeto: Satisfação dos clientes (CNJ02)

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de confiança no Poder Judiciário (CNJ01)	Obter 70% de aprovação na pesquisa de opinião pública de confiança no Poder Judiciário.						Projeto: Confiança no Poder Judiciário (CNJ01)
	65%	66,0%	67,0%	68,0%	69,0%	70,0%	
Índice de satisfação do cliente (CNJ02)	Aumentar para 75% o índice de aprovação até 2014.						Projeto: Satisfação dos clientes (CNJ02)
	Não mensurado	15,0%	30,0%	45,0%	60,0%	75,0%	

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico:

Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Descrição do Objetivo:

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos e assegurar a razoável duração do processo.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador: Taxa de congestionamento (CNJ03)

Indicador: Produtividade do magistrado (CNJ04)

Projetos Catalogados:

Projeto 1: Eficiência Operacional

Ações Catalogadas:

Indicador: Taxa de congestionamento (CNJ03)	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
3a: Taxa de Congestionamento 2º Grau (Conhecimento)	Reduzir em 30% a taxa de congestionamento, até 2014.						Projeto 1: Eficiência Operacional
	NM	6,00%	12,00%	18,00%	24,00%	30,00%	
3b: Taxa de Congestionamento do 2º Grau (execução)	Reduzir em 30% a taxa de congestionamento até 2014.						
	NM	6,00%	12,00%	18,00%	24,00%	30,00%	
3c: Taxa de Congestionamento do 1º Grau (conhecimento)	Reduzir em 30% a taxa de congestionamento até 2014.						
	NM	57,92%	53,58%	49,23%	44,89%	40,54%	
3d: Taxa de Congestionamento 1º Grau (Execução)	Reduzir em 30% a taxa de congestionamento até 2014.						
	NM	99,43%	91,97%	84,52%	77,06%	69,6%	
3e: Taxa de congestionamento - conhecimento (Juizados Especiais)	Reduzir em 30% a taxa de congestionamento, até 2014.						
	NM	45,79%	42,36%	38,92%	35,49%	32,05%	
3f: Taxa de Congestionamento – execução (Juizados Especiais)	Reduzir em 30% a taxa de congestionamento até 2014.						
	NM	67,05%	62,02%	56,99%	51,96%	46,94%	
3g: Taxa de Congestionamento (Turma Recursal)	Reduzir em 30% a taxa de congestionamento, até 2014.						
	NM	43,77%	40,49%	37,20%	33,92%	30,64%	

Indicador: Produtividade do magistrado (CNJ04)	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
4a: Produtividade do Magistrado – conhecimento (2º Grau)	Aumentar em 30% a produtividade do magistrado até 2014.						Projeto 1: Eficiência Operacional
	NM	6,00%	12,00%	18,00%	24,00%	30,00%	
4b: Produtividade do Magistrado – execução (2º Grau)	Aumentar em 30% a produtividade do magistrado até 2014.						
	NM	6,00%	12,00%	18,00%	24,00%	30,00%	
4c: Produtividade do Magistrado – conhecimento (1º Grau)	Aumentar em 30% a produtividade do magistrado até 2014.						
	NM	170,23%	183,00%	195,76%	208,53%	221,30%	
4d: Produtividade do Magistrado - execução (1º Grau)	Aumentar em 30% a produtividade do magistrado até 2014.						
	NM	31,11%	33,44%	35,78%	38,11%	40,44%	
4e: Produtividade do Magistrado – conhecimento (Juizados Especiais).	Aumentar em 30% a produtividade do magistrado até 2014.						
	NM	232,61%	250,06%	267,5%	284,95%	302,39%	
4f: Produtividade do Magistrado - execução (Juizados Especiais)	Aumentar em 30% a produtividade do magistrado até 2014.						
	NM	5,87%	6,31%	6,75%	7,19%	7,63%	
4g: Produtividade do Magistrado (Turma Recursal)	Aumentar em 30% a produtividade do magistrado até 2014.						
	NM	12,6%	13,55%	14,49%	15,44%	16,38%	

Tema:

Responsabilidade Socioambiental.

Objetivo Estratégico:

Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental.

Descrição do Objetivo:

Promover o desenvolvimento da cultura da responsabilidade socioambiental, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador: Número de pessoas beneficiadas pelas iniciativas socioambientais (TJAM01)

Projetos Catalogados:

Projeto 2: Grupo de Trabalho de Digitalização

Ações Catalogadas:

Plano de ação 1: VEMEQA - JUVAAM

Plano de ação 2: VEMEQA / ECAM

Plano de ação 3: NCVF - Difundindo o ECA no Núcleo

Plano de ação 4: NCVF - O ECA vai à Escola

Plano de ação 5: NCVF - A Importância da conciliação na vida dos usuários do Núcleo

Plano de ação 6: NCVF - Natal Solidário

Plano de ação 7: NCVF - A atuação multidisciplinar frente à situação escolar de crianças e adolescentes atendidos no Núcleo

Plano de ação 8: VEMEPA - Terapia Comunitária – Usuário de drogas

Plano de ação 9: VEMEPA - Terapia Comunitária – Violência Doméstica contra a mulher

Plano de ação 10: VEMEPA - Educação no Trânsito - palestras

Plano de ação 11: GMC – Núcleo de Advocacia Voluntária - NAV

Plano de ação 12: VEMEPA - Começar de novo

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Número de pessoas beneficiadas pelas iniciativas socioambientais (TJAM01)	Aumentar em 25% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelas iniciativas socioambientais, até 2014.						Projeto 7: Grupo de Trabalho de Digitalização
	15.139	15.896	16.653	17.410	18.167	18.924	

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo Estratégico:

Viabilizar a Gestão por competências envolvendo os integrantes da organização.

Descrição do Objetivo:

Garantir que os magistrados e servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador: Índice de capacitação nas competências estratégicas (CNJ30).

Indicador: Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação (CNJ32).

Projetos Catalogados:

Projeto 3: Treinamento e aperfeiçoamento permanente de servidores

Ações Catalogadas:

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de capacitação nas competências estratégicas (CNJ30).	Aumentar para 100% o índice de capacitação nas competências estratégicas até 2014.						Projeto 3: Treinamento e aperfeiçoamento permanente de servidores
	Não mensurado	20%	40%	60%	80%	100%	

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação (CNJ32).	Aplicar 0,76% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2014						Projeto 3: Treinamento e aperfeiçoamento permanente de servidores
	Não mensurado	0,02%	0,11%	0,16%	0,21%	0,26%	

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo Estratégico:

Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia.

Descrição do Objetivo:

Elevar o nível de comprometimento e motivação dos magistrados e servidores para viabilizar a execução da estratégia.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador: Índice de absenteísmo (CNJ35).

Indicador: Índice de prevenção de saúde (CNJ36).

Projetos Catalogados:

Projeto 4: Redução do Índice de Absenteísmo.

Ações Catalogadas:

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de absenteísmo (CNJ35).	Reduzir para 3,3% o índice de absenteísmo, até 2014.						Projeto 4: Redução do Índice de Absenteísmo.
	3,57%	3,54%	3,48%	3,42%	3,36%	3,30%	

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de prevenção de saúde (CNJ36).	Aumentar para 60% o índice de prevenção de saúde até 2014.						Projeto 4: Redução do Índice de Absenteísmo.
	Não mensurado	NM	NM	20%	40%	60%	

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo Estratégico:

Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais, melhorando a segurança institucional.

Descrição do Objetivo:

Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho das Unidades do Judiciário, garantindo aos magistrados e servidores condições de saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos sistemas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador: Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica na Capital

Projetos Catalogados:

Projeto 5: Segurança Institucional do TJAM – Unidades da Capital.

Ações Catalogadas:

Plano de ação 13: PETIC – Reestruturação do Plano Estratégico da TIC

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica (CNJ38) na Capital	Aumentar para 100 % as unidades consideradas seguras, até 2014 (na Capital do Estado).						Projeto 5: Segurança Institucional do TJAM – Unidades da Capital
	NM	20%	40%	60%	80%	100%	

Indicador	Meta						Plano de ação em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Indicador: Índice de Aderência aos padrões mínimos de TI (CNJ37)	Atender 100% da Reestruturação do PETIC, até 2012.						Plano de ação 13: PETIC - Reestruturação
	NM	NM	NM	100%	NM	NM	

Tema:

Orçamento

Objetivo Estratégico:

Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia.

Descrição do Objetivo:

Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos para alcançar as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Indicador : Índice de orçamento estratégico (CNJ44)

Projetos Catalogados:

Ações Catalogadas:

Gestão Orçamentária

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de orçamento estratégico (CNJ44)	Disponibilizar R\$ 13.510.710,14 do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas, até 2014						Gestão Orçamentária
	Não mensurado	87.829,05	475.000,00	4.245.358,49	4.251.261,30	4.451.261,30	

ANEXO 1

FICHA DOS INDICADORES

MISSÃO: REALIZAR JUSTIÇA

**VISÃO: Ser reconhecimento pela sociedade como instrumento efetivo de
justiça, Equidade e paz social.**

INDICADOR: Índice de confiança no Poder Judiciário (CNJ01)					
Tipo de indicador	Indicador eficiente				
O quê mede	Mede a confiança depositada no Poder Judiciário				
Quem mede	Fundação Getúlio Vargas				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Sociedade				
Por quê medir	Para conhecimento do alcance da prestação jurisdicional.				
Como medir	Pesquisa de opinião pública				
Situação atual	A nota do Poder Judiciário é de 6,5 (ICJ-BRASIL/FGV).				
META	Obter 70% de aprovação na pesquisa de opinião pública de confiança no Poder Judiciário.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
65%	66,0%	67,0%	68,0%	69,0%	70,0%

MISSÃO: REALIZAR JUSTIÇA

VISÃO: Ser reconhecimento pela sociedade como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social.

INDICADOR: Índice de satisfação do Cliente (CNJ02)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede o índice de satisfação da população atendida pelo Poder Judiciário Amazonense.				
Quem mede	CNJ				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	Fóruns de Justiça				
Por quê medir	Para identificar possíveis falhas na prestação jurisdicional.				
Como medir	Pesquisa específica a ser realizada permanentemente com os clientes diretos e interessados.				
Situação atual	Não há pesquisa atualmente.				
META	Aumentar para 75% o índice de aprovação até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
Não mensurado	15,0%	30,0%	45,0%	60,0%	75,0%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 3a: Taxa de Congestionamento 2º Grau (conhecimento)

Tipo de indicador	Indicador de eficiência .				
O quê mede	Mede a taxa de congestionamento dos processos de conhecimento de 2º grau.				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça - SAJ				
Por quê medir	Para garantir celeridade nos processos judiciais de 2º Grau				
Como medir	Fórmula: Processos baixados no 2º Grau / (Casos Novos + Casos pendentes) 2º. Grau				
Situação atual	Não há apuração deste índice.				
META	Reduzir em 30% a taxa de congestionamento, até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	6,00%	12,00%	18,00%	24,00%	30,00%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 3b: Taxa de congestionamento 2º Grau (execução)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede a taxa de congestionamento dos processos de execução no âmbito do 2º grau.				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça – SAJ.				
Por quê medir	Para garantir celeridade na fase de execução no 2º grau de jurisdição.				
Como medir	Fórmula: Processos de execução baixados / (Casos novos executados + pendentes executados + execuções judiciais + execuções pendentes).				
Situação atual	Não há apuração deste índice.				
META	Reduzir em 30,0% a taxa de congestionamento na fase de execução dos processos de segundo grau até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	6,00%	12,00%	18,00%	24,00%	30,00%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 3c: Taxa de Congestionamento do 1º Grau (conhecimento)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede a taxa de congestionamento dos processos de conhecimento de 1º grau.				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente.				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça - SAJ				
Por quê medir	Para garantir celeridade nos processos judiciais de 1º Grau				
Como medir	Fórmula: Processos de conhecimento baixados 1º grau / (Casos novos conhecimento + Casos pendentes conhecimento) 1º grau				
Situação atual	Não há apuração deste índice.				
META	Reduzir em 30% a taxa de congestionamento até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	57,92%	53,58%	49,23%	44,89%	40,54%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 3d: Taxa de Congestionamento 1º Grau (execução)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede a taxa de congestionamento dos processos de execução de 1º grau.				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça - SAJ				
Por quê medir	Para garantir celeridade nos processos judiciais de 1º Grau				
Como medir	Fórmula: Processos de execução baixados 1º grau / (Casos novos executados + Pendentes execução + Execuções judiciais + execuções pendentes) 1º grau				
Situação atual	Não há apuração deste índice.				
META	Reduzir em 30% a taxa de congestionamento até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	99,43%	91,97%	84,52%	77,06%	69,6%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 3e: Taxa de congestionamento dos Juizados Especiais (conhecimento)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede a taxa de congestionamento dos processos de conhecimento nos Juizados Especiais.				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça - SAJ				
Por quê medir	Para garantir celeridade nos processos judiciais dos Juizados Especiais.				
Como medir	Fórmula: $\frac{\text{Processos de conhecimento baixados Juizados Especiais}}{(\text{Casos novos conhecimento} + \text{Casos pendentes conhecimento Juizados Especiais})}$				
Situação atual	Não há apuração deste índice.				
META	Reduzir em 30% a taxa de congestionamento, até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	45,79%	42,36%	38,92%	35,49%	32,05%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 3f: Taxa de Congestionamento dos Juizados Especiais (execução)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede a taxa de congestionamento dos processos de execução nos Juizados Especiais				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça - SAJ				
Por quê medir	Para garantir celeridade nos processos judiciais nos Juizados Especiais.				
Como medir	Fórmula: $\frac{\text{Processos de execução baixados Juizados Especiais}}{(\text{Execuções judiciais} + \text{Execuções pendentes}) \text{ Juizados Especiais}}$				
Situação atual	Não há apuração deste índice.				
META	Reduzir em 30% a taxa de congestionamento até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	67,05%	62,02%	56,99%	51,96%	46,94%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 3g: Taxa de Congestionamento (Turma Recursal)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede a taxa de congestionamento dos processos nas Turmas Recursais				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça - SAJ				
Por quê medir	Para garantir celeridade nos processos judiciais das Turmas Recursais.				
Como medir	Fórmula: $\text{Processos baixados}_{\text{Turma Recursal}} / (\text{Casos novos} + \text{Casos pendentes})_{\text{Turma Recursal}}$				
Situação atual	Não há apuração deste Índice.				
META	Reduzir em 30% a taxa de congestionamento, até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	43,77%	40,49%	37,2%	33,92%	30,64%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 4a: Produtividade do Magistrado de 2º Grau (conhecimento)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede o índice de produtividade nos processos de conhecimento / execução por magistrado de 2º Grau.				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça – SAJ				
Por quê medir	Para garantir celeridade nos processos judiciais do 2º. Grau.				
Como medir	Fórmula: Processos baixados 2º. Grau / Magistrados providos 2º. Grau				
Situação atual	Não há apuração deste índice.				
META	Aumentar em 30% a produtividade do magistrado até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	6,00%	12,00%	18,00%	24,00%	30,00%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 4b: Produtividade do Magistrado de 2º Grau (execução)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede a produtividade do magistrado na execução no âmbito do segundo grau.				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça – SAJ.				
Por quê medir	Para, conhecendo, aumentar a produtividade do magistrado na execução no âmbito do segundo grau.				
Como medir	Fórmula: Total de julgados / Total de magistrados				
Situação atual	Não há apuração deste índice.				
META	Aumentar para 30% a produtividade do magistrado até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	6,00%	12,00%	18,00%	24,00%	30,00%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 4c: Produtividade do Magistrado de 1º Grau (conhecimento)

Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede o índice produtividade de processos de conhecimento por magistrado de 1º Grau				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça - SAJ				
Por quê medir	Para garantir celeridade nos processos judiciais do 1º. Grau.				
Como medir	Formula: Processos de conhecimento baixados 1º. Grau / Magistrados providos 1º. Grau				
Situação atual	Não há apuração deste índice.				
META	Aumentar em 30% a produtividade do magistrado até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	170,23%	183,00%	195,76%	208,53%	221,30%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 4d: Produtividade do Magistrado de 1º Grau (execução)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede o índice de produtividade de processos de execução por magistrado de 1º Grau				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça - SAJ				
Por quê medir	Para garantir celeridade nos processos judiciais do 1º. Grau.				
Como medir	Fórmula: Processos de execução baixados 1º. Grau / Magistrados providos 1º. Grau				
Situação atual	Não há apuração deste índice.				
META	Aumentar em 30% a produtividade do magistrado até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	31,11%	33,44%	35,78%	38,11%	40,44%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 4e: Produtividade do Magistrado dos Juizados Especiais (conhecimento).					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede o índice de produtividade dos processos de conhecimento dos Juizados Especiais, por magistrado.				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça - SAJ				
Por quê medir	Para garantir celeridade nos processos judiciais dos Juizados Especiais.				
Como medir	Processos de conhecimento baixados Juizados Especiais / Magistrados providos Juizados Especiais				
Situação atual	Não há apuração deste índice.				
META	Aumentar em 30% a produtividade do magistrado até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	232,61%	250,06%	267,5%	284,95%	302,39%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 4f: Produtividade do Magistrado dos Juizados Especiais (execução)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede o índice de produtividade dos processos de execução por magistrado nos Juizados Especiais.				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça - SAJ				
Por quê medir	Para garantir celeridade nos processos judiciais dos Juizados Especiais.				
Como medir	Fórmula: Processos de execução baixados Juizados Especiais / Magistrados providos Juizados Especiais				
Situação atual	Não há apuração deste índice.				
META	Aumentar em 30% a produtividade do magistrado, até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	5,87%	6,31%	6,75%	7,19%	7,63%

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL.

OBJETIVO: Garantir agilidade nos trâmites dos processos judiciais e administrativos.

INDICADOR 4g: Produtividade do Magistrado (Turma Recursal)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede o índice de produtividade dos processos por magistrado nas Turmas Recursais				
Quem mede	Coordenador de Fiscalização e Auditoria do Sistema de Automação Judiciária (SAJ)				
Quando medir	Semestralmente				
Onde medir	Sistema de Automação da Justiça - SAJ				
Por quê medir	Para garantir celeridade nos processos judiciais da Turma Recursal.				
Como medir	Fórmula: $\frac{\text{Processos baixados}_{\text{Turma recursal}}}{(\text{Magistrados atuação exclusiva} + \text{Magistrados acumulam função})_{\text{Turma recursal}}}$				
Situação atual	Não há apuração deste índice.				
META	Aumentar em 30% a produtividade do magistrado até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	12,6%	13,55%	14,49%	15,44%	16,38%

TEMA: RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.

OBJETIVO: IMPLEMENTAR A CULTURA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL.

INDICADOR: Número de pessoas beneficiadas pelas iniciativas socioambientais (TJAM01).

Tipo de indicador	Indicador de eficiência.
O quê mede	Número de pessoas beneficiadas pelas iniciativas socioambientais.
Quem mede	Divisão de Planejamento e Gestão Estratégica
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	As informações serão obtidas com os gestores designados dos projetos/planos de ação.
Por quê medir	Para, conhecendo, ampliar o número de pessoas beneficiadas pelas iniciativas socioambientais.
Como medir	Contagem estatística (Total de pessoas diretamente beneficiadas pelas iniciativas socioambientais).
Situação atual	Número de beneficiadas pelas iniciativas socioambientais é de 15.139 pessoas.
META	Aumentar em 25% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelas iniciativas socioambientais, até 2014.

META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
15.139	15.896	16.653	17.410	18.167	18.924

TEMA: GESTÃO DE PESSOAS.

OBJETIVO: Viabilizar a Gestão por competências envolvendo os integrantes da organização

INDICADOR: Índice de capacitação nas competências estratégicas (CNJ30).

Tipo de indicador	Indicador de eficiência.
O quê mede	Mede o treinamento em capacitação das pessoas nas competências estratégicas.
Quem mede	Escola de Aperfeiçoamento dos Servidores do TJAM
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Escola de Aperfeiçoamento dos Servidores do TJAM
Por quê medir	Para capacitar todas as pessoas nas competências estratégicas.
Como medir	Fórmula: Pessoas treinadas com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas / Total de pessoas.
Situação atual	Não há medição deste índice.
META	Aumentar para 100% o índice de capacitação nas competências estratégicas até 2014.

META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
Não mensurado	20%	40%	60%	80%	100%

TEMA: GESTÃO DE PESSOAS.

OBJETIVO: Viabilizar a Gestão por competências envolvendo os integrantes da organização.

INDICADOR: Percentual do orçamento de custeio aplicado em Capacitação (CNJ32).					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede o percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação.				
Quem mede	Escola de Aperfeiçoamento dos Servidores do TJAM				
Quando medir	Anualmente.				
Onde medir	Escola de Aperfeiçoamento dos Servidores do TJAM e Divisão de Orçamento.				
Por quê medir	Para verificar e aumentar o percentual do orçamento do custeio aplicado em capacitação.				
Como medir	Fórmula: Valor aplicado em capacitação / Orçamento de custeio executado				
Situação atual	Não existe medição deste índice.				
META	Aplicar 0,76% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2014				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
Não mensurado	0,02%	0,11%	0,16%	0,21%	0,26%

TEMA: GESTÃO DE PESSOAS.

OBJETIVO: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

INDICADOR: Índice de absenteísmo (CNJ35).					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede a ausência dos servidores e magistrados ao trabalho.				
Quem mede	Divisão de Pessoal.				
Quando medir	Mensalmente.				
Onde medir	Nas diversas unidades orgânicas do TJAM.				
Por quê medir	Para conhecer e reduzir a ausência ao trabalho.				
Como medir	Fórmula: Ausências dos servidores em um determinado período / Jornada de trabalho normal				
Situação atual	O índice de absenteísmo atual é de 3,57%.				
META	Reduzir para 3,3% o índice de absenteísmo, até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
3,57%	3,54%	3,48%	3,42%	3,36%	3,3%

TEMA: GESTÃO DE PESSOAS.

OBJETIVO: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

INDICADOR: Índice de Prevenção de Saúde (CNJ36).					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede o número de pessoas que realizam exames médicos periódicos preventivos.				
Quem mede	Setor Médico.				
Quando medir	Anual .				
Onde medir	Setor Médico.				
Por quê medir	Para garantir melhor qualidade de vida aos servidores e magistrados do Poder Judiciário.				
Como medir	Fórmula: Número de pessoas que realizaram exame médico periódico preventivo / Total de pessoas elegíveis na Lei 11.907/09.				
Situação atual	Não há, até então, medição deste índice..				
META	Aumentar para 60% o índice de prevenção de saúde até 2014.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
Não mensurado	NM	NM	20%	40%	60,0%

TEMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

OBJETIVO: Garantir a Infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais, melhorando a segurança institucional.

INDICADOR: Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica na Capital. (CNJ38)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede as unidades do PJ, na Capital, com segurança armada e/ou eletrônica.				
Quem mede	Assessoria Militar.				
Quando medir	Anualmente.				
Onde medir	Em todas as unidades orgânicas do PJ, na Capital.				
Por que medir	Para, conhecendo, melhorar a segurança das unidades do PJ.				
Como medir	Fórmula: Unidades consideradas seguras (*) / Total de unidades.				
Situação atual	Não existe medição deste índice.				
META	Aumentar para 100% as unidades consideradas seguras, até 2014 (na Capital do Estado).				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	20%	40%	60%	80%	100%

(*) Segurança eletrônica, entendida como controle de acesso com detector de metais e raios x e câmaras de vigilância nas áreas de circulação.

TEMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

OBJETIVO: OBJETIVO: Garantir a Infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais, melhorando a segurança institucional.

INDICADOR: Índice de Aderência aos padrões mínimos de TI (CNJ37)					
Tipo de indicador	Infraestrutura e Tecnologia				
O quê mede	Mede o índice de aderência aos padrões mínimos de TI				
Quem mede	Setor de Informática				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Setor de Informática				
Por que medir	Para garantir a aderência aos padrões mínimos de TI				
Como medir	Fórmula: (Itens atendidos x 100) / Total dos itens especificados na Resolução n. 90				
Situação atual	Não existe medição deste índice.				
META	Atender 100% da Reestruturação do PETIC, até 2012.				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
NM	NM	NM	100%	NM	NM

TEMA: ORÇAMENTO

OBJETIVO: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia.

INDICADOR: Índice de orçamento estratégico. (CNJ44)					
Tipo de indicador	Indicador de eficiência.				
O quê mede	Mede os valores disponibilizados para execução dos projetos estratégicos.				
Quem mede	Divisão de Orçamento				
Quando medir	Anualmente.				
Onde medir	Divisão de Orçamento e Divisão de Planejamento e Gestão Estratégica.				
Por quê medir	Para garantir recursos orçamentários necessários à execução dos projetos estratégicos.				
Como medir	Fórmula: Valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas / Orçamento total				
Situação atual	Não há medição deste índice.				
META	Disponibilizar R\$ 13.510.710,15 do valor do orçamento total para os projetos/iniciativas estratégicas, até 2014				
META					
Base Inicial	2010	2011	2012	2013	2014
Não mensurado	87.829,05	475.000,00	4.245.358,49	4.251.261,30	4.451.261,30

ANEXO 2

FICHAS DOS PROJETOS



1. ESCOPO DO PROJETO

Incremento da credibilidade do Poder Judiciário junto aos cidadãos, almejando-se a legitimidade de sua atuação.

2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Não existem tema e objetivo estratégicos para esse indicador.

3. CLIENTES DO PROJETO

A principal beneficiária desse projeto é a Sociedade local, que com o seu projeto, poderá dispor de uma Justiça mais consentânea ao Estado Democrático de Direito, bem como toda a organização do TJAM, pois gozará de maior credibilidade no desempenho de suas funções.

4. JUSTIFICATIVA

Segundo ICJ – Brasil, Índice de Confiança na Justiça, desenvolvido pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com a participação do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), o Sistema Judiciário merece a nota 6,5 (seis vírgula cinco) na opinião dos cidadãos.

Por conseguinte, apercebe-se que o Poder Judiciário, como peça fundamental no estado Democrático de Direito, protagonista do constitucionalismo, possuidor de toda a expectativa de único detentor do condão de garantir os direitos e garantias fundamentais, deve melhorar a prestação de seus serviços e, para a manutenção da paz social, é imprescindível que goze de legitimidade suficiente para dar continuidade a sua atuação.



1. ESCOPO DO PROJETO

Incremento da qualidade da prestação jurisdicional, tornando-a efetiva, garantindo-se a razoável duração do processo.

2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Não existem tema e objetivo estratégicos para esse indicador.

3. CLIENTES DO PROJETO

A principal beneficiária desse projeto é a Sociedade local, que com o seu implemento, poderá dispor de uma Justiça mais eficaz, assim como toda a organização do TJAM, pois gozará de maior credibilidade no desempenho de suas funções.

4. JUSTIFICATIVA

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas precisa garantir a efetividade da Constituição da República Federativa do Brasil quando se preconiza, em seu art. 5º, inciso LXXVIII, a razoável duração do processo, bem como a tutela à ameaça ou lesão a direitos (art. 5º, XXXV da CF).



TJAM 1. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

1. ESCOPO DO PROJETO

Na edição do Diário da Justiça Eletrônico, disponibilizada no dia 09 de maio de 2011, foram instituídas as Coordenadorias de Apoios às Varas, grupos de trabalho vinculados diretamente ao Presidente do TJAM, cujo objetivo é promover a aproximação dos Desembargadores aos Juízes e aos Servidores, de modo que sejam desenvolvidas ações para incentivar a melhoria dos serviços prestados pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Desta maneira, para criar ferramenta no intuito de apoiar as unidades judiciais, apresenta-se o presente projeto, o qual possibilitará a instituição de mutirão nas unidades judiciais, em função do qual se perceberá gratificação de comissão no valor de R\$ 1.000 (um mil reais).

Os colaboradores participantes desenvolverão suas atividades no horário de 15:00h às 18:00h no seu próprio local de trabalho, o que será devidamente controlado pelo registro no ponto eletrônico.

O presente projeto terá duração de 6 meses (01/01/2012 a 29/06/2012). Em contrapartida, as unidades judiciais possuem a meta de aumentar em 40% (quarenta por cento) a produtividade mensal (número de sentenças), a partir do cenário extraído do SAJ-EST referente à média de janeiro a outubro 2011.

2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

3. CLIENTES DO PROJETO

A organização do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a sociedade beneficiada.

4. JUSTIFICATIVA

A pós-modernidade alterou as noções de espaço e de tempo, por meio do incremento dos meios de comunicação e de transportes, tornando as demandas da sociedade mais imediatistas, sem olvidar a contínua e crescente complexidade dos conflitos, em decorrência da interação provocada pelos efeitos da globalização.

O direito, enquanto instrumento de pacificação social, sofre diretamente com as mudanças que se operam no tecido social, pois a crise da Justiça apenas é sintoma da crise social. E se tem buscado enfrentar essas mudanças, chegando-se à convergência de que a prestação jurisdicional deve ocorrer em tempo razoável, garantia atualmente expressa no texto constitucional (art. 5º, LXXVIII da Constituição Federal).

Reformas processuais têm sido implementadas, no entanto, é necessário mais para aumentar a qualidade da prestação jurisdicional, para se garantir a satisfação dos clientes do Poder Judiciário: os jurisdicionados.

A demanda está cada vez mais intensa e a estrutura da organização não conseguiu corresponder. A partir deste contexto, é que surge a necessidade de alavancar a iniciativa do regime de mutirão, pois somente medidas vanguardistas podem combater a intensidade da demanda dos jurisdicionados.

Tal projeto, além de proporcionar o alinhamento das unidades operacionais com a estratégia, será essencial para o alcance da Meta Nacional 3 de 2011, além das Metas Nacionais 1 e 2 de 2012 e 2013.



1. ESCOPO DO PROJETO

O tema inclusão social tem orientado a elaboração de políticas e leis direcionadas à criação de programas, projetos, ações e serviços voltados ao atendimento dos anseios legítimos de pessoas portadoras de necessidades especiais nos últimos 50 anos.

Delineando o mesmo caminho, a reinserção de egressos do sistema prisional na sociedade é prevista no Projeto “Começar de Novo”, instituído pela Resolução nº 96/2009, do Conselho Nacional de Justiça, no bojo da qual, conforme se vê em seu Art. 5º, são abordadas questões como capacitação profissional e reinserção social de presos e egressos do sistema penitenciário.

Ainda nesse viés, destaque-se que a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) salienta ser um dos objetivos da execução penal proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Com base na tônica da inserção social, este projeto objetiva implementar ações voltadas à criação de um *Grupo de Digitalização* no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM). O TJAM abriria espaço para a contratação, por um período de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, do assim denominado *Grupo de Digitalização de Processos Judiciais*, tendo-se como critério de seleção a condição de que 80% (oitenta por cento) dos candidatos sejam pessoas portadoras de necessidades especiais e 20% (vinte por cento) deles sejam egressos do sistema prisional, todos com condições para a realização da atividade proposta no *GT*. A prestação dos serviços será feita mediante celebração de convênio ou contrato formal, entre a entidade beneficente de assistência social e o TJAM.

As atividades deste *GT*, composto de 10 (dez) funcionários, estariam circunscritas à digitalização de processos das Varas Comuns, Varas Especializadas e Juizados Especiais, em sala própria, no subsolo do Fórum Ministro Henoch Reis. Esse trabalho de suporte às Varas e Juizados atenderia, por ordem de prioridade, àquelas unidades que estivessem mais carentes do serviço. Para a execução deste projeto, seria instituída uma Comissão de Seleção dos Candidatos, assim como disponibilizado treinamento pela Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação, parceira desse processo.

2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

TEMA: Responsabilidade Socioambiental

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental

3. CLIENTES DO PROJETO

A organização do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a sociedade beneficiada.

4. JUSTIFICATIVA

No contexto jurisdicional, a população tem reclamado, de forma crescente, pela adoção efetiva do paradigma da inclusão social. Tal proposta consiste em tornar a sociedade um lugar viável para a convivência harmônica e igualitária entre pessoas de todos os tipos físicos e competências específicas, na realização de seus direitos, deveres, necessidades, potencialidades. Sendo desejada a inclusão, esta deve envolver, sobretudo, políticas públicas, boa vontade, esclarecimento e educação. A partir dessas premissas, devem ser criadas leis a serem cumpridas para a satisfação do anseio geral.

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Recomendação nº 21/2008, recomenda aos Tribunais, entre tantas coisas, o aproveitamento da mão-de-obra de egressos do sistema prisional para serviços de apoio no âmbito da administração do Poder Judiciário.

Considerando a necessidade de fomentar ações conjuntas que cristalizem sua Missão Institucional, torna-se imprescindível ao TJAM a adoção de ações voltadas à consecução de sua Responsabilidade Social, tema estratégico que objetiva a promoção da cidadania, inclusão social e desenvolvimento, democratização de direitos, deveres e valores.

Para o atingimento do objetivo estratégico, este projeto pauta sua finalidade em ações de inserção social ao delinear a criação de um *Grupo de Digitalização de Processos*, a ser composto por pessoas portadoras de necessidades especiais e egressos do sistema prisional.

Dados divulgados em 2007, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), revelam que há, no mundo, cerca de 650 (seiscentos e cinquenta) milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, sendo 450 (quatrocentos e cinquenta) milhões em idade produtiva. Uma ínfima parcela desse segmento encontra-se trabalhando, integrada à sociedade, entretanto, a grande maioria vive em situação de pobreza e desemprego.

Assim como o estigma do cárcere, mesmo que velado, persegue os egressos do sistema prisional, as pessoas portadoras de necessidades especiais sempre foram alvo de atitudes preconceituosas, sendo excluídas do mercado de trabalho. Porém, já existem algumas iniciativas para minimizar o estabelecimento de estruturas sociais inibidoras aos portadores de deficiência, com o escopo de impedir o avanço de pensamentos discriminatórios focados mais nas limitações e aparências que nas potencialidades e capacidades que todo ser humano traz consigo.

Tais medidas estão concretizadas, por exemplo, na adoção da Lei das Cotas, Lei 8.213/1991, a qual determina às organizações públicas e privadas destinar uma porcentagem de seus postos de trabalho às pessoas portadoras de necessidades especiais. Outro avanço foi a Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O *Grupo de Digitalização de Processos* atenderá às Varas Comuns, Varas Especializadas e Juizados Especiais, em suas demandas por esse serviço. Tal iniciativa é necessária e satisfatória ao TJAM, porquanto torna a prestação jurisdicional mais célere e eficaz, ao mesmo tempo em que a sociedade desfruta de uma gestão pública cujos recursos atendam às necessidades de uma parcela da população que, por si só, não possui condições de satisfazê-las a contento diante da realidade ainda excludente.

Tal iniciativa vem agregar valores e somar esforços de cooperação com o já estabelecido “Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário”, formado de subgrupos de trabalho, compostos por um corpo de magistrados. Este Grupo, instituído no âmbito deste Tribunal pela Resolução 20/2010, foi implantado para manter e cumprir as metas do Projeto Começar de Novo, do CNJ; configurando um conjunto de ações voltadas à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil, com o propósito de coordenar, em âmbito nacional, propostas de trabalho e de cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário, de modo a concretizar ações de cidadania e promover a redução da reincidência.

Tal postura de valorização da mão-de-obra deste *GT* reafirma a política de humanização e conscientização de direitos, deveres e valores, preconizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em sua Missão Institucional, no que tange à inserção social de uma parcela de pessoas que, via de regra, fica à margem do mercado de trabalho.

O presente projeto alinha-se à estratégia do TJAM na medida em que, na esfera de sua Responsabilidade Social, busca a promoção da cidadania de pessoas excluídas, que muitas vezes não conseguem atestar sua idoneidade diante da sociedade e abrem mão de seus mais essenciais direitos trabalhistas.



TJAM 3. TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO PERMANENTE DE SERVIDORES

1. ESCOPO DO PROJETO

Considerando os objetivos estratégicos fixados no Plano Quinquênio 2010/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, a EASTJAM elaborou um programa de treinamento e desenvolvimento para capacitar servidores nas competências estratégicas, abrangendo cursos em gestão estratégica, gestão de pessoas, gestão de processos de trabalho, gestão da informação e gestão de projetos.

A especialidade do trabalho nas diversas áreas do Tribunal de Justiça exige também o conhecimento técnico do servidor que atua na área administrativa e judicial. Portanto, além das capacitações nas competências estratégicas, foram planejados cursos técnicos para aprimorar a atuação profissional dos servidores.

2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

TEMA: GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO: VIABILIZAR A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS ENVOLVENDO OS INTEGRANTES DA ORGANIZAÇÃO

3. CLIENTES DO PROJETO

Servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas.

4. JUSTIFICATIVA

A criação e fortalecimento da cultura de aperfeiçoamento e desenvolvimento no Tribunal de Justiça do Amazonas é relevante e estratégica

para desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes nos servidores desta instituição, visando a melhoria contínua de seu desempenho profissional.

O projeto de capacitação torna-se fundamental para o cumprimento do Plano Quinquenal 2010/2014, através do desenvolvimento de cursos, palestras e programas cujos conteúdos sejam inerentes à Gestão Estratégica, Gestão de Projetos, Gestão de Processos de Trabalho, Gestão da Informação e Gestão de Pessoas.

Outro aspecto relevante é a valorização do servidor como fator básico no processo de Gestão de Pessoas, aspecto alinhado ao plano estratégico do Tribunal. Em razão disso, a EASTJAM tem buscado proporcionar o desenvolvimento dos servidores por meio de programas de aprendizagem e atualização constantes, seja na execução das atividades-fim e das atividades-meio.

Nesse contexto, este planejamento tem sua viabilidade, pois seu escopo é baseado no aprimoramento da atividade jurisdicional e administrativa, mediante a promoção continuada de eventos, cursos presenciais e a distância, além de outras atividades cujos temas sejam relevantes para a gestão judiciária.

Por fim, busca-se concretizar ações que fortaleçam o comprometimento dos servidores e estagiários, no sentido de estimular o senso de responsabilidade no trabalho para favorecer o cumprimento dos objetivos do Tribunal de Justiça do Amazonas, contribuindo para uma justiça mais célere e eficiente, capaz de atender às necessidades dos juridicionados, promovendo a justiça e pacificação social.



TJAM 4. REDUÇÃO DO ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO

1. ESCOPO DO PROJETO

O absenteísmo se caracteriza pela ausência do servidor em seu posto de trabalho, sendo esta ocasionada por motivos propositais ou por circunstâncias alheias à sua vontade (razões de ordem pessoal, biológica, ambiental, social, familiar, financeira, funcional etc). Diante do problema constante do aumento do índice de absenteísmo e o custo deste, depara-se o Administrador Público com circunstâncias adversas, dentre elas a redução da produtividade (trabalho insuficiente) e a má qualidade dos serviços que seriam prestados, ocasionando a diminuição da eficiência e eficácia nos resultados pretendidos.

É de extrema importância que o servidor público atue de modo perene, com sua consciência voltada à importância de seu trabalho assíduo e permanente. Para tanto, este Projeto tem como finalidade implementar ações que culminem na redução do índice de absenteísmo através do Programa de Prevenção de Saúde do Judiciário – PPS/TJAM.

O PPS/TJAM privilegiará um conjunto de ações que se concretizarão na verificação e controle on-line das ausências dos servidores, assim como convocações anuais para a realização de exames periódicos, por meio de comunicados via Portal, Intranet, e-mails e outros meios disponíveis, com o apoio da Divisão de Divulgação do TJAM.

Também será criado um Banco de Dados Central do Setor Médico, tendo o suporte técnico e tecnológico da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação. Para tanto, será necessário reaparelhar computadores e impressoras nos 2 (dois) consultórios médicos da Sede do TJAM, e nos 2 (dois) consultórios médicos e odontológicos do Fórum Ministro Henoch Reis, aquisições estas a serem especificadas adiante, nos custos do Projeto.

Importante salientar que será providenciada a compra da licença de dois softwares; o *Doctor's Office for Windows*, para dar efetividade on-line ao Banco de Dados Central, que irá conter o cadastro dos servidores, seus prontuários clínicos, odontológicos e o controle de licenças, possibilitando à equipe médica o acesso rápido às informações em qualquer unidade do TJAM. O outro software é um *Programa Gerenciador Odontológico*, que também será integrado ao Banco de Dados

Central, para administrar com celeridade os atendimentos odontológicos clínicos e preventivos realizados em seus funcionários e dependentes.

Na consecução das ações, serão realizadas palestras trimestrais e campanhas de conscientização dos servidores quanto à prevenção e tratamento de doenças. Estas e outras medidas visam lograr êxito na realização da Missão Institucional do TJAM, e assim, na esfera da gestão de pessoas, buscar alcançar a motivação e o comprometimento de magistrados e servidores com a execução da estratégia deste Poder.

2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

TEMA: GESTÃO DE PESSOAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO: MOTIVAR E COMPROMETER MAGISTRADOS E SERVIDORES COM A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

3. CLIENTES DO PROJETO

Magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

4. JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente projeto face ao índice de absenteísmo dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas verificado em 2009, relacionado a problemas de saúde. Observa-se o percentual de 3,57% do total de cerca de seus 1.810 (hum mil, oitocentos e dez) servidores, na análise de frequência destes no TJAM, ou seja, 17.074 (dezessete mil e setenta e quatro) dias de ausências ao ano. Tal índice aponta que a frequência mensal atualmente está defasada em 8.537 (oito mil, quinhentos e trinta e sete) horas, considerando o percentual de faltas supramencionado.

Como medida inicial para redução deste índice, será implantado, por intermédio do presente Projeto, o Programa de Prevenção de Saúde do Judiciário (PPS/TJAM) visando estimular e proporcionar uma vida mais saudável aos servidores deste Poder, assim como lograr a redução do absenteísmo de ordem médica com medidas preventivas e educativas, por meio de realização de exames periódicos, palestras e ações de prevenção no ambiente de trabalho.

Para a boa consecução do PPS/TJAM, será criado um Banco de Dados central que conterà os cadastros dos servidores, com seus respectivos históricos de ausências (atestados e licenças), e os acompanhamentos realizados pela equipe médica do TJAM, para um maior controle destes profissionais.

Com isto, busca-se atuar nos fatores geradores dos problemas de saúde que, por sua vez, produzem, direta ou indiretamente, indicadores negativos de produção e frequência nas atividades laborais. Todas as ações discriminadas no escopo do presente Projeto objetivam verificar e prevenir os problemas de saúde dos nossos servidores e magistrados, colaborando com a redução do índice de absenteísmo e a melhora na qualidade do clima organizacional.

Por fim, a concepção e a implantação do PPS/TJAM se apóiam nos moldes de uma gestão participativa que envolva seus servidores. Na medida em que se alcança uma maior produtividade do servidor, isso resultará em maior eficiência, eficácia e celeridade na prestação jurisdicional, em consonância com a Missão Institucional do TJAM.



TJAM

5. SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO TJAM – UNIDADES DA CAPITAL

1. ESCOPO DO PROJETO

No contexto de nossa realidade social, vê-se o Poder Judiciário afetado pelo crescimento assustador da violência em todas as suas manifestações e dimensões, desde incidentes gratuitos do cotidiano que frustram direitos individuais e coletivos, até a influência do poder do crime organizado, que se desenvolve num cenário complexo e problemático da contemporaneidade globalizada.

Diante do sucintamente exposto, o presente Projeto objetiva o cumprimento das normas gerais e específicas de segurança nos prédios pertencentes ao Poder Judiciário do Estado do Amazonas, estabelecidas no Plano de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (PSITJAM) visando à uniformização de procedimentos já existentes, à criação de medidas administrativas para estruturação, modernização e adequação tecnológica dos meios empregados nas atividades de segurança, entre outros aspectos, que garantam a integridade física de magistrados, servidores e jurisdicionados, partícipes das rotinas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM.

Para o alcance do seu objetivo estratégico, este Projeto objetiva ações de reforço da segurança abrangendo as seguintes Unidades: Edifício Sede Desembargador Arnaldo Carpinteiro Péres, Fórum Ministro Henoch Reis/Tribunal do Júri, Fórum Desembargador Mário Verçosa, Fórum Desembargador Azarias Menescal, Fórum Desembargador Lúcio Fonte de Rezende, Juizado Infracional, PROCON (2ª Vara do Juizado Especial Cível), Depósito Público/Arquivo Geral e Central de Transportes.

Em razão da complexidade que envolve o reforço da segurança no TJAM na consecução das ações, outras providências poderão ser adotadas, em conformidade com a necessidade com que forem apresentadas à Comissão Permanente de Segurança. O início das ações se dará em junho de 2011 e a finalização das mesmas está prevista para dezembro de 2014.

Consolidando suas finalidades, o presente Projeto se pautará na consecução do PSITJAM, tendo em vista o alcance das metas previstas no Planejamento Estratégico desta Corte de Justiça, em estreita consonância com a Missão da

Instituição. O PSITJAM segue as diretrizes estratégicas contidas na Resolução nº. 104, de 6 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça.

2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

TEMA: INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

OBJETIVO ESTRATÉGICO: GARANTIR A INFRAESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS, MELHORANDO A SEGURANÇA INSTITUCIONAL.

3. CLIENTES DO PROJETO

São clientes do Projeto os magistrados do TJAM, assim como seus servidores ativos e aposentados, advogados, Membros do Ministério Público, Defensores Públicos, empregados de empresas prestadoras de serviços, estagiários, visitantes, profissionais da imprensa, pessoas no exercício de atividades permanentes ou eventuais.

4. JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao disposto na Resolução nº. 104, de 6 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por intermédio deste Projeto, desenvolverá um conjunto de medidas e ações concretas, com o intuito de resguardar a condição aqui denominada “Segurança”.

O Poder Judiciário é detentor de incalculável patrimônio público, social, político e democrático. Este importante patrimônio, representado essencialmente por seu contingente de recursos humanos, exige a implementação de mecanismos de salvaguardas.

Sendo o Judiciário um Poder independente, seus órgãos gozam de prerrogativas constitucionais, legais e discricionárias, por intermédio de seus titulares e por meio do poder de polícia, intrínseco à magistratura, sendo soberanos, autônomos e personificados em sua presença institucional. Se for deficiente, a eficácia dessa segurança pode ficar comprometida em parte, visto que em alguns órgãos desse Poder existe uma segurança orgânica, polícia interna, sem que esta esteja devidamente vinculada com quem detém o poder de polícia e amparada por dispositivos legais, adequados, em perfeita sintonia com as necessidades da Instituição.

Por ser tema relevante diante da atual conjuntura de insegurança e riscos aos quais estamos expostos, já se vislumbram esforços nacionais em prol da reestruturação, racionalização e otimização da segurança institucional no âmbito do Judiciário. Exemplificando, tem-se a proposta de Emenda à PEC 40 que tramita na Câmara Federal, a Unidade de Segurança Institucional criada no TRE/BA, a movimentação em prol da criação da Secretaria Nacional de Segurança Institucional e da Polícia Judicial Federal do Poder Judiciário Federal, e diversos projetos, medidas e serviços de segurança em desenvolvimento em órgãos como o STF, TST, TRT, TSE, TRE, JF, MPU.

O Superior Tribunal de Justiça - STJ, em 15 de maio de 2009, baixou a Portaria nº. 121, que dispõe sobre o controle de acesso, circulação e permanência de pessoal em suas instalações. É norma mais que oportuna, pela necessidade que tem o Superior Tribunal, assim como os demais Tribunais estaduais, de resguardar a integridade física de todos os que adentrem e permaneçam em seus prédios, como também de zelar por sua segurança patrimonial.

Em se tratando de nossa Egrégia Corte, a situação não é diferente, vide registros do livro de ocorrências da assistência militar. Seguindo o exemplo do STJ, compete-nos agora implementar o Plano de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em atendimento ao que disciplina a *Resolução nº. 104, de 6 de abril de 2010*, do CNJ, a qual dispõe sobre medidas administrativas para a segurança e criação do Fundo Nacional de Segurança.

O Plano de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, doravante denominado PSITJAM, prevê normas de segurança a serem observadas no âmbito institucional e uniformiza as já existentes, contemplando dispositivos que regulamentam a Segurança Institucional em três esferas de abrangência: segurança das pessoas, segurança das comunicações, segurança patrimonial e das instalações, bem como as normas relativas ao sistema de controle de acesso aos prédios do TJAM. O PSITJAM será apreciado e aprovado pelo Tribunal Pleno desta insigne Corte de Justiça.

Além disso, o PSITJAM determina que o Tribunal de Justiça faça gestão no sentido de buscar a aprovação de lei estadual que disponha sobre o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, proposta do Projeto de Lei a ser apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, cujo escopo será assegurar os recursos necessários à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados, garantindo-se, com isso, a estruturação, o aparelhamento, a modernização e a adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança.

As ações, em consonância com o PSITJAM, serão implantadas e implementadas à medida que os recursos humanos, técnicos, materiais e orçamentários estejam disponibilizados.



1. ESCOPO DO PROJETO

Empreender um programa de promoção de ações orçamentárias visando a assegurar recursos para alcançar as ações e metas dos projetos estratégicos, de acordo com o seu momento de implementação.

2. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

TEMA: ORÇAMENTO

OBJETIVO ESTRATÉGICO: ASSEGURAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA.

3. CLIENTES DO PROJETO

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e, de maneira reflexa, a sociedade como usuária dos serviços judiciais.

4. JUSTIFICATIVA

Todo projeto para sua efetiva implementação depende do dispêndio de recursos financeiros que viabilizem sua execução. Desta forma, infere-se que o presente projeto justifica-se pela necessidade de destinação de recursos do TJ/AM para a efetiva realização dos demais projetos inseridos no plano estratégico, funcionando assim como o sustentáculo financeiro de todos os demais projetos.

PLANO DE AÇÃO - JUVAAM/HEMAQA
PROJETO CARAVANA DA CIDADANIA AMBIENTAL DO AMAZONAS

1. Por que Objetivo do trabalho	Proporcionar conhecimento, conscientização, educação e sociabilização da Legislação Ambiental Brasileira aos alunos das redes públicas de ensino Estadual e Municipal, na Capital e Municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus, assim como órgãos Públicos e Privados diversos, cumprindo a Missão Constitucional do Art. 225, da CF/88, e Lei Complementar nº 48/2006.					
2. Objetivo Estratégico/ Indicador	Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental. / Indicador: número de pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais (TJAM01).					
3. Meta/ Média da iniciativa	Nos anos de 2010 e 2011 foram atendidas, respectivamente, 73 e 46 pessoas. As expectativas deste setor para os anos seguintes é de atender média de 104 pessoas.	2010	2011	2012	2013	2014
		73	46	104	104	104
4. Quem Patrocinador/ Gestor	Juiz de Direito Adalberto Carim Antonio, Titular da HEMAQA e Coordenador do JUVAAM.					
5. Onde Área(s) responsável(is) pela execução	HEMAQA - Vara Especializada do Meio Ambiente e de Questões Agrárias; e JUVAAM - Juizado Volante Ambiental do Amazonas					
6. Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividades	Data de início	Data de término	Custos		
	1.Palestras lúdico-educativas na rede escolar (com a Turminha da Vara do Meio Ambiente por meio de apresentação de Teatro de fantoches; DVD com Vídeo desenho animado; revista em quadrinho); 2.Inspeção Judicial Ambiental (relativo a processo judicial na HEMAQA); 3.Participação em Eventos Ambientais (Fórum, Seminário, Simpósio, SIMPATAM, Feiras; 4. Difusão via INTERNET - BLOG DA HEMAQA (Redes sociais FACEBOOK, TWITTER).	01/01/2012	31/12/2014	JOGO da Cidadania Ambiental (R\$2.328,00); DVD com Temática Ambiental "A Turminha da Vara do Meio Ambiente"(R\$1.593,60); CARTILHA - Estória em quadrinho "A Turminha da Vara do Meio Ambiente"(R\$23.475,20); Legislação Ambiental - "O Meio Ambiente Legal"(R\$2.864,00) – TOTAL: R\$30.206,80		

PLANO DE AÇÃO
HEMAQA/ECAM ANO 2012

1. Por que Objetivo do trabalho	Espaço da Cidadania Ambiental – ECAM, vinculado à Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias-HEMAQA, tem por objetivo principal promover a educação e reeducação ambiental, assim como viabilizar a exposição de trabalhos voltados para a salvaguarda do meio ambiente, assim como realizar oficinas de reeducação ambiental para infratores, ministradas pelos técnicos de órgãos parceiros tais como Ibama, Ipaam, Inpa, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade; Proporcionar educação e sensibilização socioambiental para adultos e crianças da Rede Pública e Privada.				
2. Objetivo Estratégico/ Indicador	Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental. / Indicador: número de pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais (TJAM01).				
3. Meta/ Média da iniciativa	Nos anos de 2010 e 2011 foram envolvidos 702 e 2769 pessoas respectivamente. As expectativas deste setor para os anos próximos três anos é de atender uma média crescente de 3160, 3360 e 3560 pessoas.	2010	2011	2012	2013
		702	2769	3160	3360
4. Quem Patrocinador/ Gestor	Juiz de Direito Adalberto Carim Antonio, Titular da Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias e Juiz de Direito Jorsenildo Dourado do Nascimento				
5. Onde Área(s) responsável(is) pela execução	Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias e Espaço da Cidadania Ambiental				
6. Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividades	Data de início	Data de término	Custos	
	As atividades são: Oficinas de reeducação ambiental para infratores; exposições; oficinas de artesanatos com material reciclável para crianças e adultos; Cine ECAM com exibição de vídeos com temáticas ambientais e Distribuição de Cartilhas em quadrinhos, Informativos e Jogos Ambientais.	01/01/2012	31/01/2012	DVD com temáticas ambientais – R\$1600,00; Jogos da Cidadania Ambiental – R\$2500,00; Cartilhas com Estória em quadrinho "A Turminha da Vara do Meio Ambiente" – R\$23.000,00. TOTAL – R\$27.100,00	

Ordenador de despesa

Responsável pela indicação do recurso

PLANO DE AÇÃO
Difundindo o ECA no NCVF

1. Por que Objetivo do trabalho	A proposta da iniciativa está pautada na garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, além de propiciar reflexão ética que se funda na transparência, no respeito e no compromisso com o ser humano, ou seja, no compromisso com a vida em toda sua plenitude. Neste sentido, o objetivo desta ação é propiciar a reflexão sobre os principais avanços e desafios para a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente na contemporaneidade com vistas à publicização.				
2. Objetivo Estratégico/ Indicador	Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental. / Indicador: número de pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais (TJAM01).				
3. Meta/ Média da iniciativa	Pretende-se atingir, com a presente ação, um público variado entre crianças e seus respectivos responsáveis. Este público representa, de forma aproximada, o número de pessoas que são atendidas no Núcleo de Conciliação das Varas de Famílias durante as audiências de Conciliação e por convocação para a realização das atividades propostas durante 02 semanas.	2010	2011	2012	2013
		300	não houve	340	350
4. Quem Patrocinador/ Gestor	Gildo Alves de Carvalho Filho- Juiz Coordenador / Ednaide Maria Martins Prestes				
5. Onde Área(s) responsável(is) pela execução	Núcleo de Conciliação das Varas de Famílias				
6. Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividades	Data de início	Data de término	Custos	
	1- Distribuir nos corredores de acesso às audiências do NCVF Banners e Cartazes com fotos que fomentem a reflexão sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, bem como o cuidado que os pais e responsáveis devem ter com suas crianças; 2- Organizar as crianças cujos pais ou responsáveis estão à espera da audiência em uma sala e falar sobre os principais direitos da criança e do adolescente e, em seguida, brincar de cruzadinhas, cujo conteúdo é o ECA; 3- Estimular que as crianças, por meio de massa de modelar, reproduzam brinquedos que utilizam em seus momentos de diversão (dinâmica da massinha); 4- Orientar os pais e os responsáveis no momento que estiverem no corredor do NCVF à espera das audiências, por meio de uma breve explanação e, após isso, entregar o panfleto e o folder com informações sobre o ECA; 5- Distribuição de brindes e lanches para as crianças.	01/10/2010	31/10/2014	Papel ofício colorido R\$ 4,00 x 12 = R\$ 48,00 Massa de modelar R\$ 3,00 x 30 = R\$ 90,00 Banner R\$ 60,00 x 3 = R\$ 180,00 Mini-Banner R\$ 20,00 x 3 = R\$ 60,00 Xérox R\$ 0,10 x 3150 = R\$ 315,00 Impressão de Cartazes A3 R\$ 4,00 x 20 = R\$ 80,00 Papel Madeira R\$ 1,00 x 15 = R\$ 15,00 Brindes e lanches R\$ 4.500,00 TOTAL= 5.288,00	

PLANO DE AÇÃO
O ECA vai à escola

1. Por que Objetivo do trabalho	Propiciar aos alunos do ensino fundamental reflexão acerca dos principais avanços e desafios para a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento destes, os principais direitos que lhes são assegurados.				
2. Objetivo Estratégico/ Indicador	Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental. / Indicador: número de pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais (TJAM01).				
3. Meta/ Média da iniciativa	O público-alvo corresponde aos alunos da rede de ensino regular da cidade de Manaus.	2010	2011	2012	2013
		71	0	80	85
4. Quem Patrocinador/ Gestor	Gildo Alves de Carvalho Filho - Juiz Coordenador do N.C.V.F. / Ednaide Maria Martins Prestes				
5. Onde Área(s) responsável(is) pela execução	Núcleo de Conciliação das Varas de Família				
6. Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividades	Data de início	Data de término	Custos	
	1- Apresentação do Banner com os direitos ilustrados com a Turma da Mônica; 2- Apresentação do ECA e os principais direitos das crianças e adolescentes, por meio de slides em PowerPoint; 3- Apresentação de três filmes contendo tipo de violações dos direitos das crianças e dos adolescentes; 4- Atividades recreativas (confeção de painel com os desenhos criados pelos alunos, caça-palavras referente ao assunto desenvolvido na apresentação); 5- Distribuição da ficha de avaliação da oficina; 6- Distribuição de brindes.	01/10/2010	30/04/2013	Papel Madeira – R\$ 1,00 x 8 = R\$ 8,00 Cola – R\$ 1,00 x 4 = R\$ 4,00 Pincel p/ quadro branco- R\$ 2,00 x 4 = R\$ 8,00 Xerox – R\$ 0,20 x 495 = R\$ 99,00 Lápis de cor R\$3,00 x 8 = R\$ 24,00 Papel ofício A4 colorido R\$ 4,00 x 8 = R\$ 32,00 Brindes R\$ 5,00 x 165 = R\$ 825,00 TOTAL= R\$ 1.000,00	

Ordenador de despesa

Responsável pela indicação do recurso

PLANO DE AÇÃO
Importância da conciliação na vida dos usuários do NCVF

1. Por que Objetivo do trabalho	O presente projeto tem por objetivo propiciar a reflexão sobre a importância da conciliação na resolução dos conflitos familiares aos usuários atendidos no Núcleo de Conciliação das Varas de Família – TJ/AM, durante a Semana Nacional da Conciliação, levando também ao conhecimento da população, aspectos referentes ao Direito de Família e das Crianças e do Adolescentes.				
2. Objetivo Estratégico/ Indicador	Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental. / Indicador: número de pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais (TJAM01).				
3. Meta/ Média da iniciativa	Pais e/ou responsáveis e seus representantes legais atendidos na Semana da Conciliação do NCVF/TJAM	2010	2011	2012	2013
		508	650	650	650
4. Quem Patrocinador/ Gestor	Gildo Alves de Carvalho Filho- Juiz Coordenador do N.C.V.F. / Ednaide Maria Martins Prestes				
5. Onde Área(s) responsável(is) pela execução	Núcleo de Conciliação das Varas de Família				
6. Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividades	Data de início	Data de término	Custos	
	1- Orientação aos pais e responsáveis no momento que estiverem no corredor do NCVF à espera das audiências, por meio de breve explanação sobre a importância da conciliação; 2- Distribuição de Banners e cartazes com fotos e conteúdos que fomentem a reflexão sobre o Direito de Família e ECA, nos corredores de acesso às salas de audiências do NCVF; 3- Entrega de folders com informações sobre os referidos assuntos; 4- Exibição de filmes educativos cujos temas reforcem os valores familiares e comunitários	01/11/2010	01/12/2014	Cartazes R\$ 4,00 x 24= R\$ 96,00 Banner R\$ 60,00 x 2= R\$ 120,00 Xerox R\$ 0,10 x 3900 = R\$ 390,00 TOTAL= R\$ 606,00	

 Ordenador de despesa

 Responsável pela indicação do recurso

PLANO DE AÇÃO
Natal Solidário

1. Por que Objetivo do trabalho	Buscando proporcionar Natal mais feliz e humano às famílias selecionadas, o Projeto Natal Solidário, desenvolvido pelo Núcleo de Conciliação das Varas de Família/TJAM, pretende criar um dia especial para aquelas famílias envolvidas, com a distribuição de brinquedos e 30 cestas básicas às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.					
2. Objetivo Estratégico/ Indicador	Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental. / Indicador: número de pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais (TJAM01).					
3. Meta/ Média da iniciativa	Selecionar os usuários que foram atendidos no Setor Psicossocial do Núcleo de Conciliação das Varas de Família, sendo identificada por meio de triagem socioeconômica (renda, habitação e composição familiar) e da situação de vulnerabilidade social.	2010	2011	2012	2013	2014
		125	150	150	150	150
4. Quem Patrocinador/ Gestor	Gildo Alves de Carvalho Filho - Juiz Coordenador do N.C.V.F. / Ednaide Maria Martins Prestes					
5. Onde Área(s) responsável(is) pela execução	Núcleo de Conciliação das Varas de Família					
6. Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividades	Data de início	Data de término	Custos		
	1- Levantar o perfil, por meio de triagem socioeconômica dos atendimentos realizados; 2- Serão arrecadados cestas e brinquedos, sendo que os brinquedos serão divididos por gênero e faixa etária das crianças e adolescentes pertencentes a cada família; 3- Entregar as cestas e os brinquedos “in loco”, por intermédio de veículo institucional e equipe previamente selecionada.	01/12/2010	31/12/2014	Cestas Básicas – (R\$4.302,00) Brinquedos – R\$3.600,00 TOTAL= R\$7.902,00		

Ordenador de despesa

Responsável pela indicação do recurso

PLANO DE AÇÃO
Intervenção na educação formal de crianças e adolescentes atendidos no NCVF

1. Por que Objetivo do trabalho	Analisar a intervenção cabível e necessária a cada núcleo familiar pesquisado, mediante a não inclusão escolar da criança ou adolescente.			
2. Objetivo Estratégico/ Indicador	Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental. / Indicador: número de pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais (TJAM01).			
3. Meta/ Média da iniciativa	Atender 20 crianças não matriculadas em rede de ensino.			2012
				20
4. Quem Patrocinador/ Gestor	Gildo Alves de Carvalho Filho - Juiz Coordenador do NCVF / Ednaide Maria Martins Prestes			
5. Onde Área(s) responsável(is) pela execução	Núcleo de Conciliação das Varas de Família			
6. Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividades	Data de início	Data de término	Custos
	1) Identificar / levantar as crianças e adolescentes que não se encontram matriculados em rede de ensino; 2) Verificar a situação escolar dos mesmos; 3) Buscar os motivos pelos quais não se encontram matriculados em rede de ensino; 4) Analisar e executar a intervenção necessária a cada caso, como, por exemplo, a inclusão em projetos sociais que subsidiem uma rede de apoio às famílias em questão, encaminhamentos psicoterápicos, entre outros.	01/01/2012	31/12/2012	Cópias de Folders (R\$100,00); 2 Resmas de Papel A4 (R\$30,00); Total: R\$ 130,00

 Ordenador de despesa

 Responsável pela indicação do recurso

PLANO DE AÇÃO
TERAPIA COMUNITÁRIA – USUÁRIO DE DROGAS

1. Por que Objetivo do trabalho	Tendo em vista a grande demanda de beneficiários e considerando a Lei sobre Drogas nº 11.343/06, que prevê como medida educativa o comparecimento dos usuários de drogas a programa ou curso educativo, a VEMEPA, em parceria com o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONEN/AM, mobilizou-se no sentido de disponibilizar a sala de apoio desta vara para a realização de trabalho de Terapia Comunitária. Esta modalidade terapêutica serve como atividade de apoio nas ações de tratamento dos usuários de drogas cumpridores de medidas alternativas, objetivando a promoção da autoestima e a autoconfiança, contribuindo na construção da dignidade e cidadania, bem como no restabelecimento do equilíbrio mental, social e familiar.			
2. Objetivo Estratégico/ Indicador	Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental. / Indicador: número de pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais (TJAM01).			
3. Meta/ Média da iniciativa	Nos anos de 2010 e 2011, foram atendidas 219 pessoas, projetando-se para o ano de 2012 a média de 110 a serem beneficiadas.	2010 75	2011 144	2012 110
4. Quem Patrocinador/ Gestor	Juíza Titular Telma de Verçosa Roessing / Assistente Social Jaime Pires da Costa Júnior e Psicóloga Kelly Mayanne Medeiros de Oliveira			
5. Onde Área(s) responsável(is) pela execução	Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas – VEMEPA			
6. Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividades 1. Reuniões realizadas de forma quinzenal, durante às segundas-feiras, no horário de 08:30 às 11:00 horas, na Sala de Apoio da VEMEPA; 2. Contato telefônico da equipe psicossocial com os cumpridores do Art. 28 da Lei n. 11.343/2011 para reforço de sua participação na Terapia Comunitária; 3. Controle da frequência dos participantes da Terapia Comunitária para posterior juntada aos autos; 4. Acompanhamento e suporte da equipe psicossocial durante a realização da atividade desenvolvida pela Terapeuta do CONEN – AM. 5. Distribuição de folders informativos.	Data de início 01/01/2010	Data de término 31/12/2012	Custos 110 folders (R\$ 5,00): R\$ 550,00. Banner: R\$ 70,00. Custo Total: R\$ 620,00.

PLANO DE AÇÃO
TERAPIA COMUNITÁRIA – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

1. Por que Objetivo do trabalho	Tendo em vista o enfrentamento da grave questão da violência sofrida pelas mulheres em nossa sociedade e a demanda posta pela Vara de Violência Doméstica contra a Mulher por meio do instituto de Suspensão Condicional do Processo, a VEMEPA, em parceria com o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONEN/AM, mobilizou-se no sentido de disponibilizar a sala de apoio desta Vara para a realização de trabalho de Terapia Comunitária com foco na violência doméstica. Considerando que o pano de fundo para ocorrência da violência encontra-se também associada à questão do uso de álcool e outras drogas, vislumbrou-se a utilização desta modalidade terapêutica como atividade de apoio nas ações de tratamento dos agressores cumpridores de medidas alternativas, objetivando promover a reflexão e o autoconhecimento, a fim de contribuir para a construção de nova consciência e postura diante da vida, bem como no restabelecimento do equilíbrio mental, social e familiar. Durante o período que compreende o tempo de cumprimento da Suspensão Condicional do Processo (no mínimo 02 anos) serão também desenvolvidas palestras trimestrais, com a presença de especialistas na área em destaque.			
2. Objetivo Estratégico/ Indicador	Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental. / Indicador: número de pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais (TJAM01).			
3. Meta/ Média da iniciativa	A atividade foi iniciada no mês de outubro de 2011. Nos meses de outubro e novembro, foram beneficiadas 17 pessoas. Assim, projeta-se a média anual de 102 pessoas.		2011 17	2012 102
4. Quem Patrocinador/ Gestor	Juíza Titular Telma de Verçosa Roessing / Assistente Social Jaime Pires da Costa Júnior e Psicóloga Kelly Mayanne Medeiros de Oliveira			
5. Onde Área(s) responsável(is) pela execução	Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas – VEMEPA			
6. Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividades	Data de início	Data de término	Custos
	1. Reuniões realizadas de forma quinzenal, durante às sextas-feiras, no horário de 08:30 às 11:00 horas, na Sala de Apoio da VEMEPA; 2. Realização de Palestras trimestrais, com a presença de especialistas na área de violência doméstica; 3. Contato telefônico da equipe psicossocial com os cumpridores oriundos da Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher tanto para participação na Terapia Comunitária, como para as Palestras trimestrais; 4. Controle da frequência dos participantes da Terapia Comunitária e das Palestras, para posterior juntada aos autos; 5. Acompanhamento e suporte da equipe psicossocial durante a realização da atividade desenvolvida pela Terapeuta do CONEN – AM e pelos palestrantes convidados.	01/01/2011	01/12/2012	Além dos indiretos: 102 folders (R\$ 5,00): R\$ 510,00. Banner: R\$ 70,00. Custo Total: R\$ 580,00.

Ordenador de despesa

Responsável pela indicação do recurso

PLANO DE AÇÃO
PALESTRA SOBRE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

1. Por que Objetivo do trabalho	Diante da elevação dos índices de violência no trânsito e a consequente demanda advinda ao Sistema de Justiça por meio do instituto de Suspensão Condicional do Processo, a VEMEPA, em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN/AM, realiza palestras educativas em sua Sala de Apoio para este público, visando estimular a reflexão sobre a importância da adoção de postura responsável na condução de veículos automotores e a não reincidência em crimes de trânsito.			
2. Objetivo Estratégico/ Indicador	Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental. / Indicador: número de pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais (TJAM01).			
3. Meta/ Média da iniciativa	Nos anos de 2010 e 2011, foram atendidas 376 pessoas, projetando-se a média de 188 pessoas para os anos de 2012, 2013 e 2014.	2010 186	2011 190	2012 188
4. Quem Patrocinador/ Gestor	Juiza Titular Telma de Verçosa Roessing / Assistente Social Jaime Pires da Costa Júnior e Psicóloga Kelly Mayanne Medeiros de Oliveira			
5. Onde Área(s) responsável(is) pela execução	Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas – VEMEPA			
6. Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividades	Data de início	Data de término	Custos
	1- Reuniões mensais realizadas durante às sextas-feiras, no horário de 08:30 às 11:00 horas, na Sala de Apoio da VEMEPA; 2- Contato telefônico da equipe psicossocial com os cumpridores de delitos de trânsito para participarem da Palestra; 3- Controle da frequência dos participantes da Palestra para posterior juntada aos autos; 4- Acompanhamento e suporte da equipe psicossocial durante a realização da atividade desenvolvida pelo técnico do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN/AM.	01/01/2011	31/12/2012	188 folders (R\$ 5,00): R\$ 940,00. Banner: R\$ 70,00. Custo Total: R\$ 1.010,00.

Ordenador de despesa

Responsável pela indicação do recurso

PLANO DE AÇÃO
Núcleo de Advocacia Voluntária - NAV

1. Por que Objetivo do trabalho	Prestar serviço nos Estados onde não há defensores públicos suficientes para atender presos e familiares que não têm condições de pagar por advogado particular. O programa foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em fevereiro de 2009, por meio da Resolução 62. O objetivo é garantir o direito à ampla defesa por aqueles que mais precisam: a população carente.					
2. Objetivo Estratégico/ Indicador	Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental. / Indicador: número de pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais (TJAM01).					
3. Meta/ iniciativa	Média da	No ano de 2011, foram beneficiadas 500 pessoas, conforme a demanda.	2011	2012	2013	2014
			500	500	500	500
4. Quem Patrocinador/ Gestor	Desdor. Sabino Marques / Jayme Benchaya Marinho					
5. Onde Área(s) responsável(is) pela execução	Núcleo de Advocacia Voluntária. O programa funciona vinculado ao Mutirão Carcerário.					
6. Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividades		Data de início	Data de término	Custos	
	São realizadas, no mínimo, uma vez ao mês, visitas a cinco penitenciárias. Nas três semanas restantes do mês, alunos de cinco faculdades atuam analisando os processos dos internos.		01/07/2011	20/07/2012	Custos indiretos, pois necessita de veículo do TJAM para levar os alunos às penitenciárias.	

Ordenador de despesa

Responsável pela indicação do recurso

**PLANO DE AÇÃO
COMEÇAR DE NOVO**

1. Por que Objetivo do trabalho	O Projeto Começar de Novo compõe-se de conjunto de ações voltadas à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil com o propósito de coordenar, em âmbito nacional, as propostas de trabalho e de cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário, de modo a concretizar ações de cidadania e promover redução da reincidência.			
2. Objetivo Estratégico/ Indicador	Implementar a cultura da responsabilidade social e ambiental. / Indicador: número de pessoas beneficiadas pelos projetos socioambientais (TJAM01).			
3. Meta/ Média da iniciativa	Os indicadores das metas da iniciativa referentes aos anos de 2010 e 2011 são o agregado em números absolutos da soma do total de pessoas que realizaram cursos técnicos e de capacitação no decorrer do ano e das pessoas efetivamente empregadas após ações diretas do Projeto. Para efeito de meta a ser alcançada nos anos de 2012 a 2014, estipulou-se o percentual de 10% de crescimento a cada ano de ação.	2010	2011	2012
		404	505	560
4. Quem Patrocinador/ Gestor	Desembargador Sabino da Silva Marques, Presidente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (Patrocinador) / Juíza Telma de Verçosa Roessing, Coordenadora do Subgrupo de Trabalho Projeto Começar de Novo.			
5. Onde Área(s) responsável(is) pela execução	Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário			
6. Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividades	Data de início	Data de término	Custos
	1. Elaboração de Material de Divulgação (Banners, Folders, etc); 2. Curso Técnicos de Capacitação Bombeiro Hidráulico; 3. Curso Técnico de Pedreiro; 4. Curso Técnico de Eletricista.	01/01/2010	31/12/2012	1) Banner, Faixas, Camisas e Folders. R\$ 2000,00 (dois mil reais) 2) Equipamentos e Instrutores – R\$ 1000,00 (mil reais) 3) Equipamentos e Instrutores – R\$ 1000,00 (mil reais) 4) Equipamentos e Instrutores – R\$ 1000,00 (mil reais)

Ordenador de despesa

Responsável pela indicação do recurso

PLANO DE AÇÃO
PETIC – Reestruturação

1. Por que Objetivo do trabalho	De acordo com o disposto na Resolução 90 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, temos que: "Considerando a edição da Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, que definiu a meta nacional de nivelamento - informatizar todas as unidades judiciais e interligá-las ao respectivo Tribunal e à rede mundial de computadores; Considerando a edição do Acórdão do TCU 1603/2008 - plenário, que recomenda ao CNJ a promoção de ações para a melhoria da gestão dos níveis de serviço de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC; Art. 1º Os Tribunais deverão manter serviços de tecnologia de Informação e Comunicação - TIC - necessários à adequada prestação jurisdicional, observando os referenciais estabelecidos nesta Resolução".			
2. Objetivo Estratégico/ Indicador	Garantir a qualidade e integração dos sistemas essenciais de TI. / Indicador: Índice de Aderência aos Padrões Mínimos de TI (CNJ37)			
3. Meta/ Média da iniciativa	Atender 100% da Reestruturação do PETIC, até 2012.			2012
				100%
4. Quem Patrocinador/ Gestor	Des. Paulo César Caminha e Lima / Raimundo Cândido Freitas			
5. Onde Área(s) responsável(is) pela execução	Divisão de Tecnologia da Informação & Comunicação			
6. Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividades	Data de início	Data de término	Custos
	1 - Reuniões na DVTI/TJ, com a presença do consultor da FUCAPI para traçar o Plano do Projeto de reestruturação do Planejamento Estratégico da TI&C; 2 - Capacitação do quadro de servidores lotados na DVTI/TJ; 3 - Participar de capacitação em gerenciamento de projetos estratégicos.	01/01/2012	31/12/2012	A definir